

Ano II, v.2 2022 | submissão: 16/12/2022 | aceito: 18/12/2022 | publicação: 20/12/2022

Urbanismo comparado: a adaptação do racionalismo Europeu às metrópoles tropicais sob a ótica da formação franco-Brasileiras

Comparative urbanism: adapting European rationalism to tropical metropolises from the perspective of French Brazilian academic formation

Manoel Brancante - Arquiteto e Urbanista pela Universidade Mackenzie (1970). Pós-graduado e Licenciado em Urbanismo pela Université Paris VIII (1975). Mestre em Urbanismo pela Université Paris VIII (1976). Especialista em planejamento urbano e regional com vivência acadêmica na Europa e Brasil

Resumo

Este artigo explora as convergências e divergências entre as escolas de urbanismo brasileira e francesa das décadas de 1960 e 1970, refletindo a trajetória acadêmica do autor entre a Universidade Mackenzie e a Université Paris VIII. Analisa-se como o racionalismo modernista, hegemônico no Brasil, foi confrontado e enriquecido pelas teorias sociológicas e críticas do urbanismo francês pós-1968. O estudo discute a aplicação de modelos europeus de planejamento em contextos tropicais, abordando temas como zoneamento, habitação social e a função da infraestrutura na estruturação do território. Argumenta-se que a importação acrítica de modelos exógenos falha ao ignorar as especificidades socioespaciais brasileiras, defendendo uma síntese projetual que una o rigor metodológico francês à criatividade e flexibilidade necessárias para intervir na complexidade da metrópole latino-americana.

Palavras-chave: Urbanismo Comparado. Planejamento Urbano. Escola Francesa. Modernismo Brasileiro. Université Paris VIII. Mackenzie.

Abstract

This article explores the convergences and divergences between the Brazilian and French schools of urbanism in the 1960s and 1970s, reflecting the author's academic trajectory between Mackenzie University and Université Paris VIII. It analyzes how modernist rationalism, hegemonic in Brazil, was confronted and enriched by the sociological and critical theories of French urbanism post-1968. The study discusses the application of European planning models in tropical contexts, addressing themes such as zoning, social housing, and the role of infrastructure in structuring the territory. It is argued that the uncritical importation of exogenous models fails by ignoring Brazilian socio-spatial specificities, advocating a design synthesis that unites French methodological rigor with the creativity and flexibility necessary to intervene in the complexity of the Latin American metropolis.

Keywords: Comparative Urbanism. Urban Planning. French School. Brazilian Modernism. Université Paris VIII. Mackenzie.

INTRODUÇÃO

A formação do arquiteto e urbanista na transição das décadas de 1960 para 1970 foi marcada por profundas transformações epistemológicas. De um lado, o Brasil vivia o auge do modernismo tardio e o planejamento tecnocrático dos governos militares; do outro, a França, especialmente a Université Paris VIII (Vincennes), ebulia com o pensamento crítico pós-maio de 68, questionando a rigidez do urbanismo funcionalista. Este artigo, fundamentado na dupla titulação obtida no Mackenzie (1970) e em Paris VIII (1975-1976), propõe uma reflexão sobre o diálogo entre essas duas tradições. Busca-se compreender como a sobreposição dessas experiências acadêmicas distintas forja uma práxis urbanística capaz de enfrentar os desafios das cidades tropicais contemporâneas.

1. A Herança Modernista e o Rigor Projetual do Mackenzie

A formação na Universidade Mackenzie no final da década de 1960 estava profundamente enraizada nos preceitos do Movimento Moderno, adaptados à realidade brasileira pela Escola Paulista. O currículo enfatizava a técnica construtiva, o uso do concreto armado e a clareza estrutural como elementos definidores da arquitetura e do urbanismo. A cidade era vista sob a ótica da Carta de Atenas, onde a segregação de funções (habitar, trabalhar, recrear e circular) orientava o desenho urbano. O aprendizado focava na resolução de problemas através do desenho, acreditando-se na capacidade do projeto de ordenar o caos urbano e promover o progresso social através da forma construída. O rigor projetual aprendido no Mackenzie inculcava no arquiteto uma disciplina metodológica voltada para a eficiência e a economia de meios. A prancheta era o laboratório onde a cidade ideal era concebida, muitas vezes *tabula rasa*, ignorando as preexistências históricas e sociais em favor de uma nova ordem racional. Grandes estruturas viárias e edifícios laminares dominavam o imaginário acadêmico, refletindo o otimismo desenvolvimentista da época. A infraestrutura não era apenas suporte, mas a própria espinha dorsal do projeto urbano, capaz de coser o tecido da cidade e viabilizar a expansão metropolitana. No entanto, essa formação técnica sólida muitas vezes carecia de uma reflexão sociológica mais profunda sobre os usuários do espaço. O habitante era uma abstração, o "Modulor", e não um sujeito social complexo inserido em uma luta de classes pelo direito à cidade. O urbanismo era uma atividade de Estado, top-down, onde o arquiteto assumia o papel de demiurgo. Essa visão, embora eficaz para a produção de grandes obras e planos diretores tecnocráticos, mostrava-se insuficiente para lidar com a informalidade crescente e as desigualdades estruturais das cidades brasileiras. A experiência no Mackenzie forneceu as ferramentas técnicas indispensáveis para a profissão: o domínio da escala, a compreensão da topografia e a capacidade de materializar ideias em projetos executáveis. A ênfase na estrutura e na materialidade preparou o profissional para dialogar com a engenharia e para enfrentar os desafios físicos da construção da cidade. Contudo, as limitações do modelo modernista ortodoxo começavam a se tornar evidentes diante da complexidade da metrópole real, que resistia ao ordenamento simplista do zoneamento funcional. A transição para a Europa exigiu uma reavaliação crítica dessa bagagem. O confronto com cidades sedimentadas por séculos de história e com um debate acadêmico que questionava a autoridade do planejador revelou as lacunas da formação estritamente técnica. O modernismo brasileiro, embora esteticamente celebrado, precisava ser confrontado com as novas teorias urbanas que emergiam no cenário internacional, buscando uma humanização do espaço e uma maior participação social no processo de planejamento. A base mackenzista, portanto, serviu como o alicerce sólido sobre o qual novas camadas de conhecimento seriam construídas. A capacidade de

Ano II, v.2 2022 | submissão: 16/12/2022 | aceito: 18/12/2022 | publicação: 20/12/2022

projetar e entender a cidade como fato físico permaneceu central, mas a necessidade de expandir o escopo de atuação para além da prancheta tornou-se imperativa. O urbanismo não poderia ser apenas desenho; precisava ser também política, sociologia e geografia.

2. A Ruptura Epistemológica em Paris VIII e o Direito à Cidade

O ingresso na Université Paris VIII em meados da década de 1970 representou um choque cultural e acadêmico. A universidade, nascida dos eventos de Maio de 68, era um centro experimental de pensamento crítico, onde a arquitetura e o urbanismo eram ensinados em estreita conexão com a filosofia, a sociologia e a geografia humana. A influência de pensadores como Henri Lefebvre e sua teoria sobre o "Direito à Cidade" permeava o ambiente acadêmico, deslocando o foco da forma urbana para os processos sociais que a produzem. A cidade deixou de ser vista apenas como um artefato físico para ser compreendida como o locus da reprodução das relações sociais de produção. O currículo em Paris VIII desafiava o funcionalismo da Carta de Atenas. Em vez de segregar funções, defendia-se a mixidade de usos, a vitalidade da rua e a valorização do espaço público como arena política. A crítica ao urbanismo tecnocrático, que servia aos interesses do capital imobiliário e do Estado autoritário, era central. O aluno era incentivado a descer da torre de marfim do planejamento e a engajar-se com a realidade vivida pelos habitantes, compreendendo as dinâmicas de apropriação do espaço que muitas vezes subvertiam o desenho oficial. A metodologia de ensino era interdisciplinar e participativa. Seminários, debates e trabalhos de campo substituíam as aulas expositivas tradicionais. A análise urbana incorporava ferramentas da antropologia e da semiologia, buscando ler a cidade como um texto repleto de significados e conflitos. A questão ambiental, tema da tese de mestrado desenvolvida posteriormente, começava a emergir como uma dimensão fundamental do planejamento, não mais como um recurso a ser explorado, mas como um sistema finito a ser preservado. Essa imersão no pensamento crítico francês permitiu desconstruir certas certezas do modernismo brasileiro. A ideia de que a boa arquitetura, por si só, poderia redimir a sociedade foi posta em xeque. Entendeu-se que o espaço não é neutro; ele é político. O planejamento urbano, portanto, não é apenas uma questão técnica de alocação eficiente de recursos, mas um campo de disputa de poder. Essa perspectiva politizada do urbanismo enriqueceu a prática projetual, inserindo a dimensão da equidade e da justiça social como critérios de avaliação de projetos. A experiência em Paris também expôs o urbanista às políticas habitacionais e de transporte da Europa, com seus acertos e erros. O estudo das *Villes Nouvelles* (Novas Cidades) ao redor de Paris ofereceu um laboratório real de análise sobre a descentralização urbana e a criação de novas centralidades. A comparação entre o modelo francês de intervenção estatal forte e o modelo brasileiro de *laissez-faire* periférico evidenciou a importância do papel do Estado na regulação do uso do solo e na provisão de infraestrutura pública de qualidade. A síntese entre o rigor técnico do Mackenzie e a crítica social de

Ano II, v.2 2022 | submissão: 16/12/2022 | aceito: 18/12/2022 | publicação: 20/12/2022

Paris VIII forjou um perfil profissional híbrido. O urbanista não abandonou o projeto, mas passou a enxergá-lo como um instrumento de transformação social que deve dialogar com o contexto, a história e as aspirações da comunidade. O "Direito à Cidade" deixou de ser um slogan para se tornar um princípio orientador da prática urbanística, buscando construir cidades mais inclusivas e democráticas.

3. Zoneamento x Mixidade: O Dilema da Estruturação Urbana

Um dos pontos centrais do debate urbanístico comparado reside na oposição entre o zoneamento funcional estrito e a mixidade de usos. A formação brasileira, influenciada pelo urbanismo norte-americano e pelo modernismo funcionalista, tendia a ver no zoneamento a ferramenta ideal para ordenar o crescimento caótico das metrópoles. A separação entre zonas industriais, comerciais e residenciais visava proteger a qualidade de vida, evitar conflitos de vizinhança e otimizar a circulação viária. No entanto, a aplicação desse modelo em cidades como São Paulo resultou em segregação socioespacial, bairros dormitórios monótonos e uma dependência insustentável do transporte individual para conectar as funções dispersas. Em contrapartida, a escola francesa da década de 1970, absorvida durante o mestrado, resgatava a importância da cidade tradicional compacta e complexa. A mixidade de usos era vista como essencial para garantir a vitalidade urbana, a segurança nas ruas ("olhos da rua" de Jane Jacobs) e a redução das distâncias de deslocamento. O bairro deveria ser uma unidade autossuficiente, onde moradia, trabalho, comércio e lazer coexistissem em harmonia. Essa visão criticava a esterilidade dos grandes conjuntos habitacionais periféricos e defendia a reintegração das funções urbanas. A aplicação desses conceitos na realidade tropical exige adaptações. O clima, a cultura e a economia do Brasil impõem dinâmicas distintas. A rua no Brasil é um espaço de sociabilidade intensa, mas também de conflito. A mixidade, se não regulada, pode gerar incômodos, mas sua ausência gera insegurança e desertificação urbana. O desafio do planejador formado nessa dupla tradição é encontrar o equilíbrio: promover a diversidade de usos sem comprometer a qualidade ambiental, utilizando o desenho urbano para mediar os conflitos entre diferentes atividades. A infraestrutura desempenha um papel crucial nesse arranjo. Enquanto o zoneamento segregado exige grandes corredores viários para conectar os fragmentos urbanos, a cidade mista demanda uma rede capilar de transporte público e mobilidade ativa. A experiência europeia mostra que o investimento em transporte coletivo de alta capacidade é o estruturador do território, permitindo adensamento ao longo dos eixos de transporte e liberando o restante do tecido urbano para usos mais humanos. O zoneamento, portanto, não deve ser abandonado, mas flexibilizado. O uso de instrumentos como o zoneamento inclusivo, as operações urbanas consorciadas e as zonas de uso misto permitem induzir o desenvolvimento urbano desejado, em vez de apenas restringi-lo. A regulação deve focar mais na forma urbana e no impacto na vizinhança do

Ano II, v.2 2022 | submissão: 16/12/2022 | aceito: 18/12/2022 | publicação: 20/12/2022

que na tipologia estrita da atividade. A morfologia urbana, tema caro à escola francesa, torna-se uma ferramenta de projeto mais rica do que a mancha de cor no mapa de zoneamento. A síntese proposta é um urbanismo que valorize a complexidade. A cidade não é uma máquina de morar, mas um organismo vivo. O planejamento deve fomentar a diversidade, a encontro e a troca, características essenciais da urbanidade. A superação do zoneamento monofuncional é um passo necessário para construir cidades mais resilientes, econômicas e agradáveis de se viver, recuperando a escala humana perdida na escala rodoviarista do século XX.

4. Habitação Social e a Produção do Espaço Periférico

A questão da habitação social é central tanto no Brasil quanto na França, mas abordada de formas distintas. No Brasil, a produção de habitação em massa pelo BNH (Banco Nacional da Habitação) na época da graduação focava na quantidade e na redução de custos, resultando em grandes conjuntos habitacionais padronizados, localizados em áreas periféricas desprovidas de infraestrutura e serviços. Essa lógica de produção reforçava a segregação e criava guetos de pobreza, desconectados da cidade formal e das oportunidades de emprego. O arquiteto, nesse sistema, era muitas vezes um mero executor de plantas-tipo, com pouca margem para inovação ou adaptação ao contexto. Na França, o pós-guerra também viu a construção de grandes conjuntos (*Grands Ensembles*), mas na década de 1970, período da pós-graduação, esse modelo já estava em crise e sendo severamente criticado. A política habitacional francesa começava a buscar alternativas mais integradas ao tecido urbano, valorizando a arquitetura, a diversidade tipológica e a qualidade dos espaços públicos. A reabilitação de centros históricos e a inserção de habitação social em áreas consolidadas ganhavam força, buscando evitar a guetificação das periferias. A transposição da crítica francesa para o contexto brasileiro iluminou as falhas do nosso modelo. A periferia brasileira não é apenas o local da habitação popular, é o lugar da ausência do Estado e da autoconstrução. O urbanista formado nessa interface percebe que a solução não está apenas na construção de novas unidades, mas na urbanização das favelas, na regularização fundiária e na qualificação do espaço existente. A habitação não pode ser tratada como mercadoria isolada, mas como parte de um direito à cidade que inclui acesso a transporte, educação, saúde e cultura. A experiência europeia com a industrialização da construção e a pré-fabricação, temas de interesse durante a estadia no exterior, oferece lições técnicas importantes, mas que devem ser adaptadas à realidade econômica e tecnológica local. A flexibilidade projetual é essencial para permitir que a habitação evolua com a família, incorporando a cultura do "puxadinho" de forma planejada e segura. O projeto de habitação social deve prever espaços para o comércio, o serviço e o lazer, rompendo com a monofuncionalidade dos conjuntos dormitórios. A dimensão estética e simbólica da habitação também é relevante. A dignidade da moradia passa pela qualidade arquitetônica e pelo cuidado com o espaço comum. A escola francesa

Ano II, v.2 2022 | submissão: 16/12/2022 | aceito: 18/12/2022 | publicação: 20/12/2022

ensina que o espaço público é a extensão da casa, e seu desenho deve fomentar a apropriação e o convívio. No Brasil tropical, a rua, a praça e o quintal têm funções climáticas e sociais vitais que não podem ser ignoradas pelo projeto padronizado. Conclui-se que a produção de habitação social deve ser diversificada, descentralizada e participativa. O Estado deve atuar não apenas como construtor, mas como regulador e facilitador, garantindo que a terra urbana cumpra sua função social. A aplicação dos conceitos aprendidos em Paris VIII sobre a sociologia do habitar permite desenhar políticas habitacionais mais humanas e eficazes, que enfrentem o déficit quantitativo sem negligenciar a qualidade urbanística e a integração social.

5. A Infraestrutura como Catalisadora Urbana

A infraestrutura urbana, na tradição mackenzista, era frequentemente encarada sob a ótica da engenharia: obras de saneamento, viadutos e avenidas eram elementos técnicos necessários para o funcionamento da máquina urbana. No entanto, a perspectiva desenvolvida durante o mestrado na França e aprofundada na tese sobre a Rio-Santos revelou a infraestrutura como o principal agente de transformação territorial. Uma estrada, uma linha de metrô ou uma rede de saneamento não apenas atendem a uma demanda existente, mas induzem novas dinâmicas de ocupação, valorização e uso do solo. Essa visão "estruturante" da infraestrutura coloca o urbanista na posição de estrategista. O traçado de uma via define vetores de crescimento; a localização de uma estação de transporte cria novas centralidades. O planejamento da infraestrutura deve, portanto, preceder e orientar a ocupação urbana, e não apenas correr atrás do prejuízo para remediar problemas de cidades já consolidadas desordenadamente. O conceito francês de *Aménagement du Territoire* (Ordenamento do Território) integra o planejamento econômico, social e físico, utilizando a infraestrutura como ferramenta para reduzir desigualdades regionais e promover o desenvolvimento equilibrado. No Brasil, a dissociação entre o planejamento da infraestrutura e o planejamento do uso do solo gerou cidades disfuncionais. A expansão das redes de água, luz e transporte muitas vezes segue a lógica da pressão política ou imobiliária, em vez de um plano diretor coerente. O resultado é a urbanização dispersa, cara e ineficiente, onde a infraestrutura chega sempre atrasada e de forma precária às periferias. A aplicação do conhecimento adquirido permite propor um modelo onde o investimento em infraestrutura seja financiado pela mais-valia fundiária que ele mesmo gera, através de instrumentos de captura de valor. A dimensão ambiental da infraestrutura também ganha destaque. A drenagem urbana não deve ser apenas tubulação enterrada, mas parques lineares, lagoas de retenção e jardins de chuva que integrem a água à paisagem. A mobilidade não é apenas sobre mover carros, mas sobre acessibilidade e qualidade de vida. A infraestrutura verde, conceito moderno que dialoga com a ecologia urbana estudada em Paris, propõe o uso da natureza como infraestrutura, prestando serviços essenciais como regulação térmica e controle de enchentes. A estética da infraestrutura é outro ponto de convergência.

Ano II, v.2 2022 | submissão: 16/12/2022 | aceito: 18/12/2022 | publicação: 20/12/2022

As grandes obras não precisam ser cicatrizes urbanas; podem ser marcos arquitetônicos e espaços de convivência. Viadutos podem abrigar parques ou serviços sob seus vãos; estações de tratamento podem ser integradas a espaços de educação ambiental. A reconciliação entre a técnica (engenharia) e a arte (arquitetura), marca da formação completa do arquiteto-urbanista, permite transformar equipamentos funcionais em ativos urbanos que qualificam a paisagem. Em suma, a infraestrutura é a chave para a reestruturação das metrópoles tropicais. O planejamento integrado, que articula transporte, uso do solo e meio ambiente, é a única via para superar o caos urbano. A visão sistêmica adquirida na formação internacional permite desenhar infraestruturas que sejam, ao mesmo tempo, eficientes tecnicamente, justas socialmente e sustentáveis ambientalmente.

6. O Papel do Arquiteto-Urbanista na Política Pública

A formação franco-brasileira culmina em uma reflexão sobre o papel político do arquiteto-urbanista. No Brasil dos anos 1970, o profissional oscilava entre o tecnocrata a serviço do Estado autoritário e o profissional liberal voltado para o mercado privado. Na França pós-68, o urbanista era provocado a ser um agente social, um mediador entre o poder público e a comunidade, um defensor do interesse coletivo. Essa tensão define a identidade profissional do urbanista contemporâneo. A atuação na política pública exige mais do que competência técnica; exige habilidade de negociação, compreensão dos processos legislativos e sensibilidade para escutar as demandas da população. O urbanista não é o dono da verdade, mas um técnico capaz de traduzir aspirações sociais em formas espaciais e em normas legais. A elaboração de Planos Diretores, leis de zoneamento e projetos de intervenção urbana é um ato político que define quem tem direito à cidade e como os recursos públicos serão alocados. A experiência acadêmica internacional amplia o repertório de soluções e instrumentos disponíveis. O conhecimento de modelos de gestão urbana da Europa, como as parcerias público-privadas com contrapartidas sociais claras, os concursos de projeto e os conselhos participativos, oferece alternativas ao modelo burocrático tradicional brasileiro. A adaptação desses instrumentos requer, contudo, um profundo conhecimento da realidade local e das estruturas de poder existentes. A ética profissional é o fio condutor dessa atuação. O compromisso com a sustentabilidade ambiental, evidenciado na tese de mestrado, e com a justiça social deve pautar todas as decisões de projeto. O urbanista deve resistir às pressões da especulação imobiliária predatória e do populismo político que buscam soluções fáceis e imediatistas. O planejamento urbano é uma atividade de longo prazo, que exige visão de futuro e responsabilidade intergeracional. A educação continuada e a pesquisa são fundamentais para manter a relevância do profissional. A cidade muda rapidamente, e os desafios climáticos, tecnológicos e demográficos exigem atualização constante. A conexão com a universidade, mantida através da titulação acadêmica avançada, permite que o urbanista traga para a gestão pública as inovações teóricas e técnicas, oxigenando a administração e qualificando as políticas

Ano II, v.2 2022 | submissão: 16/12/2022 | aceito: 18/12/2022 | publicação: 20/12/2022

urbanas. Finalmente, o arquiteto-urbanista deve ser um comunicador. A linguagem técnica deve ser traduzida para que a sociedade compreenda os enjoux do planejamento. A democratização do urbanismo passa pela capacidade de explicar por que uma determinada obra é necessária, quais são seus impactos e como ela beneficia a coletividade. O urbanista formado na confluência das culturas brasileira e francesa tem a capacidade de transitar entre esses mundos, unindo a criatividade tropical ao rigor analítico europeu em prol de cidades melhores.

CONCLUSÃO

A trajetória acadêmica que une a Universidade Mackenzie à Université Paris VIII constitui um laboratório privilegiado para a análise do urbanismo comparado. A tese central deste artigo é que a síntese entre o racionalismo modernista brasileiro e o pensamento crítico sociológico francês oferece um ferramental robusto para enfrentar os desafios das metrópoles tropicais contemporâneas. A experiência mackenzista forneceu a base técnica, o domínio da escala e a compreensão da materialidade da construção da cidade. A vivência em Paris VIII, por sua vez, inseriu a dimensão política, social e ambiental, questionando os dogmas do funcionalismo e abrindo caminho para um urbanismo mais humano e complexo. A análise comparativa do zoneamento revelou que a segregação funcional rígida, importada acriticamente, gerou cidades fragmentadas e desiguais no Brasil. A revalorização da mixidade de usos e da cidade compacta, inspirada na tradição urbana europeia, aponta caminhos para a revitalização dos centros urbanos e para a criação de bairros mais vivos e seguros. No entanto, essa aplicação deve ser mediada pelas especificidades culturais e climáticas locais, evitando a simples transposição de modelos que não dialogam com a realidade brasileira. No campo da habitação social, a crítica aos grandes conjuntos periféricos, consolidada na França dos anos 70, alerta para os perigos da produção massificada e desumanizada de moradia. A solução passa pela integração da habitação ao tecido urbano, pela provisão de infraestrutura e serviços e pela valorização da arquitetura como elemento de dignidade. O urbanista deve atuar não apenas no desenho da unidade habitacional, mas na concepção do habitat em seu sentido amplo, garantindo o direito à cidade para as camadas populares. A infraestrutura, tema aprofundado na tese de mestrado sobre a Rio-Santos, emergiu como o elemento estruturador do território. A visão sistêmica adquirida na pós-graduação permite compreender as grandes obras não como fins em si mesmas, mas como vetores de desenvolvimento que devem ser planejados de forma integrada ao uso do solo e à conservação ambiental. A negligência com os impactos ambientais e sociais da infraestrutura custa caro ao país, exigindo uma mudança de paradigma rumo a projetos mais sustentáveis e resilientes. A questão ambiental, pioneiramente abordada na formação acadêmica do autor, tornou-se o eixo transversal de todo o planejamento urbano moderno. A cidade não pode mais ser pensada em oposição à natureza, mas como parte de um ecossistema. A gestão dos recursos hídricos, a proteção da

Ano II, v.2 2022 | submissão: 16/12/2022 | aceito: 18/12/2022 | publicação: 20/12/2022

biodiversidade e a adaptação às mudanças climáticas são imperativos que exigem do urbanista um conhecimento técnico multidisciplinar e uma postura ética firme. O papel do Estado e a participação social também foram reavaliados à luz da experiência francesa. O planejamento tecnocrático e autoritário mostrou-se insustentável. A construção da cidade deve ser um processo democrático e participativo, onde o conhecimento técnico do urbanista serve para qualificar o debate público e viabilizar as aspirações coletivas. A governança urbana exige transparência, negociação e compromisso com o bem comum. Em suma, a formação franco-brasileira permite superar a falsa dicotomia entre teoria e prática, entre técnica e política. O urbanista completo é aquele que consegue desenhar com rigor, planejar com estratégia e atuar com sensibilidade social. As lições aprendidas em Paris e São Paulo, quando fundidas, criam uma práxis urbanística capaz de transformar a realidade, construindo cidades que sejam, ao mesmo tempo, eficientes funcionalmente, justas socialmente e equilibradas ambientalmente. Este é o desafio e a responsabilidade legados por essa trajetória acadêmica singular.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 1993.

BRANCANTE, M. *Contribution à l'étude de l'impact de la route Rio-Santos sur l'environnement*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Université Paris VIII, França, 1976.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CORBUSIER, L. *Planejamento urbano*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

HALL, P. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.